

PLANO DE TRABALHO

Professor Lamarck — Deputado Estadual

PARTIDO VERDE • 43.111



PROFESSOR LAMARCK

Deputado Estadual • 43.111

Eu e você podemos fazer um Tocantins ainda melhor.

CONHEÇA O PROFESSOR LAMARCK

FORMAÇÃO, EXPERIÊNCIA E COMPROMISSO COM O TOCANTINS

Natural de **Tocantinópolis**, o Professor Lamarck construiu sua trajetória unindo formação acadêmica, educação, serviço público, experiência parlamentar e participação comunitária.

FORMAÇÃO

- graduação em **Ciências Biológicas pela UNITINS**;
- graduação em **Administração Pública pela UFT**;
- pós-graduação em **Docência pela UFT**;
- pós-graduação em **Perícia Ambiental pela UNICA**;
- formação técnica agrícola com habilitação em **Zootecnia pelo IFSULDEMINAS**.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- professor da educação básica;
- mais de **20 anos como Inspetor de Recursos Naturais no NATURATINS**;
- ampla experiência em gestão, licenciamento e orientação ambiental;
- atuação profissional em diferentes municípios do Tocantins;
- trabalho voluntário na educação, no esporte e junto às comunidades.

Experiência para propor. Diálogo para construir. Responsabilidade para cuidar do Tocantins.

EXPERIÊNCIA E ATUAÇÃO PARLAMENTAR

DOIS MANDATOS DE VEREADOR A SERVIÇO DA POPULAÇÃO

Professor Lamarck exerceu **dois mandatos consecutivos como vereador em Tocantinópolis**, experiência que lhe proporcionou conhecimento prático sobre a elaboração de leis, a análise do orçamento público, o diálogo com as comunidades e o acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Essa trajetória parlamentar será a base de uma atuação estadual essencialmente **propositiva, preparada e próxima das pessoas**.

COMO SERÁ NOSSA ATUAÇÃO NA ASSEMBLEIA

- **Ouvir:** manter diálogo permanente com municípios, comunidades e setores sociais.
- **Propor:** apresentar projetos, indicações e soluções juridicamente seguras.
- **Articular:** construir parcerias e buscar recursos para as prioridades do Tocantins.
- **Acompanhar:** monitorar a execução das políticas e os resultados entregues à população.
- **Fiscalizar:** prevenir falhas, proteger os recursos públicos e contribuir para o aperfeiçoamento da gestão.
- **Prestar contas:** informar com transparência as ações, os recursos destinados e os resultados.

Um mandato presente para ouvir, preparado para propor e responsável para acompanhar.

UM PLANO PARA CUIDAR DAS PESSOAS E DESENVOLVER O TOCANTINS

Este material apresenta compromissos construídos com **experiência, diálogo e responsabilidade**. As propostas estão organizadas de maneira simples para facilitar a leitura e a participação popular.

NOSSAS PRIORIDADES

Área	Compromisso central
Saúde	Atendimento humano e mais próximo
Educação	Valorização e qualidade
Assistência social	Proteção, inclusão e dignidade
Ciência e inovação	Conhecimento que gera oportunidades
Cultura e esporte	Identidade, saúde e inclusão
Produção sustentável	Desenvolvimento com segurança jurídica
Infraestrutura	Integração do Bico do Papagaio
Mandato	Propostas, diálogo e transparência

PLANO DE TRABALHO — PROFESSOR LAMARCK

◆ **COMPROMISSO COM A SAÚDE PÚBLICA DO TOCANTINS****Humanização, prevenção, diagnóstico precoce e respeito ao cidadão**

A saúde pública é um dos serviços mais importantes prestados pelo Estado. Quem procura uma unidade de saúde geralmente está vivendo uma situação de fragilidade e precisa encontrar **acolhimento, respeito, informação e atendimento eficiente**.

Nossa proposta é contribuir, por meio da atuação legislativa, para um sistema de saúde mais humano, preventivo, regionalizado e transparente, com atenção especial às necessidades que vêm crescendo no Tocantins.

1. Diagnóstico precoce e intervenção na primeira infância

Propor a criação e a ampliação de políticas de **identificação precoce de deficiências, transtornos do desenvolvimento e outras condições que possam comprometer o desenvolvimento infantil**, preferencialmente desde os primeiros anos de vida.

Fortalecer a articulação entre saúde, educação e assistência social para garantir encaminhamento rápido e acompanhamento adequado.

Ampliar o acesso a intervenções terapêuticas, conforme a necessidade de cada criança, incluindo profissionais e serviços especializados, como:

- fonoaudiologia;
- fisioterapia;
- terapia ocupacional;
- psicologia;
- psicopedagogia;
- neuropediatria e outras especialidades necessárias.

Quanto mais cedo uma necessidade é identificada, maiores podem ser as possibilidades de intervenção e desenvolvimento da criança.

2. Redução das filas e melhoria do acesso

Defender mecanismos para reduzir filas de consultas, exames, cirurgias e procedimentos especializados.

Propor sistemas transparentes de acompanhamento, permitindo ao cidadão conhecer a situação do seu encaminhamento e respeitando sempre **critérios clínicos de prioridade**.

3. Fortalecimento da prevenção e da atenção básica

Ampliar políticas de prevenção, diagnóstico precoce e acompanhamento das doenças crônicas.

Priorizar:

- hipertensão;
- diabetes;
- câncer;

- doenças cardiovasculares;
- saúde da mulher;
- saúde do homem;
- saúde da criança;
- saúde do idoso;
- saúde bucal;
- vacinação;
- saúde mental.

Prevenir é cuidar antes que o problema se agrave.

4. Atenção integral à pessoa com deficiência

Fortalecer a rede de atendimento às pessoas com deficiência, garantindo diagnóstico, tratamento, reabilitação, tecnologias assistivas e acompanhamento multiprofissional.

Dar atenção especial às famílias que enfrentam dificuldades para acessar terapias e serviços especializados.

Defender a ampliação e descentralização desses serviços para que as famílias do interior não precisem se deslocar constantemente para a Capital.

5. Atenção à fibromialgia e às condições de dor crônica

Reconhecer a necessidade de ampliar a atenção da rede pública às pessoas com **fibromialgia e outras condições de dor crônica**, considerando o impacto que essas doenças podem provocar na qualidade de vida, na capacidade funcional e na vida profissional e familiar.

Defender:

- diagnóstico e acompanhamento adequados;
- capacitação dos profissionais da rede pública;
- acesso a tratamento multiprofissional;
- fisioterapia e reabilitação quando indicadas;
- acompanhamento psicológico quando necessário;
- orientação sobre atividade física e autocuidado;
- protocolos de encaminhamento;
- integração entre atenção básica e serviços especializados.

A política pública deve evitar que o paciente percorra diferentes serviços durante anos sem diagnóstico, acompanhamento ou continuidade terapêutica.

Dor crônica também precisa ser tratada como questão de saúde pública.

6. Saúde mental como prioridade

Ampliar políticas de saúde mental, fortalecendo a rede de atendimento e sua integração com assistência social e educação.

Dar atenção especial a crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, pacientes com doenças crônicas e profissionais da saúde.

7. Valorização dos profissionais da saúde

Defender melhores condições de trabalho, formação continuada, dimensionamento adequado das equipes e valorização dos profissionais do SUS.

Também fortalecer ações de prevenção ao adoecimento físico e psicossocial dos trabalhadores.

Não existe atendimento humanizado sem profissionais valorizados.

8. Medicamentos, insumos e equipamentos

Propor o aprimoramento do planejamento, aquisição, armazenamento e distribuição de medicamentos e insumos.

Propor mecanismos para identificar antecipadamente riscos de desabastecimento e evitar interrupções de tratamentos.

Garantir manutenção e utilização adequada dos equipamentos públicos.

9. Regionalização da saúde

Ampliar a oferta regional de serviços de média e alta complexidade, reduzindo a necessidade de deslocamento para Palmas.

Priorizar, conforme planejamento regional:

- consultas especializadas;
- exames;
- cirurgias;
- ortopedia;
- cardiologia;
- oncologia;
- diagnóstico por imagem;
- reabilitação;
- atendimento materno-infantil.

O cidadão do interior também tem direito à saúde especializada perto de onde vive.

10. Saúde dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais

Defender políticas adaptadas às características culturais e territoriais dos povos indígenas, comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais.

Ampliar ações itinerantes e de prevenção, vacinação, saúde bucal, saúde materno-infantil e atendimento em localidades de difícil acesso.

11. Tecnologia, transparência e gestão por resultados

Integrar sistemas de saúde e ampliar o uso de tecnologia para melhorar o atendimento e a gestão.

Estimular:

- prontuário eletrônico integrado;
- teleatendimento quando adequado;
- agendamento eletrônico;

- acompanhamento digital de filas;
- monitoramento de indicadores;
- transparência dos recursos públicos.

Cada investimento deverá ser acompanhado de metas e avaliação de resultados:

Quanto foi investido? Quem foi beneficiado? Qual problema foi resolvido? O resultado esperado foi alcançado?

UM NOVO OLHAR PARA A SAÚDE

Defendemos uma saúde pública que não espere a doença se agravar para agir.

Uma criança deve ter suas necessidades identificadas **o mais cedo possível**.

Uma pessoa com deficiência deve ter acesso à **intervenção e reabilitação necessárias**.

Uma pessoa com fibromialgia não deve ser invisibilizada pela dificuldade de diagnóstico e tratamento da dor crônica.

Um paciente do interior não deve precisar viajar centenas de quilômetros para ter acesso a um serviço que poderia estar disponível regionalmente.

E nenhum cidadão deve ser tratado como número.

NOSSO PRINCÍPIO

Quem paga seus impostos e procura o serviço público não está pedindo favor. Está exercendo um direito.

CUIDAR. PREVENIR. DIAGNOSTICAR. TRATAR. HUMANIZAR.

Mais diagnóstico precoce. Mais intervenção na primeira infância. Mais atenção à pessoa com deficiência. Mais cuidado com quem vive com dor crônica. Mais atenção à fibromialgia. Mais saúde no interior. Mais profissionais valorizados. Mais transparência. Mais dignidade para o cidadão tocantinense.

◆ COMPROMISSO COM A CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO TOCANTINS

Conhecimento que pesquisa, inova e transforma o Estado

O Tocantins precisa transformar sua riqueza natural, sua diversidade cultural e seu potencial econômico em **conhecimento, tecnologia, inovação e oportunidades para sua população**.

A ciência não deve ficar restrita às universidades ou aos grandes centros. Ela precisa chegar às escolas, aos municípios, ao campo, às comunidades tradicionais, às empresas e aos serviços públicos.

Por isso, propomos uma política estadual que aproxime **ciência, educação, inovação e desenvolvimento regional**.

1. Mais recursos para pesquisa científica

Defender a ampliação e a continuidade dos investimentos públicos em **pesquisa, ciência, tecnologia e inovação**, fortalecendo as instituições de ensino e pesquisa existentes no Tocantins.

Buscar maior articulação entre o Estado, universidades, institutos federais, empresas e instituições de pesquisa.

2. Emendas parlamentares para ciência e pesquisa

Utilizar **emendas parlamentares** para apoiar projetos de pesquisa, inovação e iniciação científica, inclusive com destinação de recursos para:

- bolsas de iniciação científica;
- bolsas de pesquisa;
- aquisição de equipamentos;
- laboratórios;
- projetos de extensão tecnológica;
- pesquisas aplicadas aos problemas do Estado;
- formação de jovens pesquisadores.

Investir em ciência é investir no futuro do Tocantins.

3. Ciência desde a escola

Propor a criação e a ampliação de programas estaduais de **iniciação científica na educação básica**, estimulando estudantes a desenvolver pesquisas, experimentos e soluções para problemas de suas próprias comunidades.

A escola deve ensinar o estudante não apenas a receber conhecimento, mas também a **produzir conhecimento**.

4. Jovem Pesquisador Tocantinense

Propor a criação de um programa estadual de incentivo a jovens pesquisadores, oferecendo bolsas e oportunidades para estudantes desenvolverem projetos nas áreas consideradas

estratégicas para o Tocantins.

Entre elas:

- meio ambiente;
- biodiversidade;
- agricultura e pecuária;
- recursos hídricos;
- saúde;
- educação;
- energias renováveis;
- tecnologia da informação;
- turismo;
- cultura;
- mineração sustentável;
- mudanças climáticas;
- desenvolvimento regional.

5. Ciência voltada aos problemas do Tocantins

Estimular pesquisas que produzam **soluções práticas para os desafios do Estado**.

O conhecimento produzido com recursos públicos deve, sempre que possível, retornar à sociedade na forma de novas tecnologias, políticas públicas, processos, produtos ou serviços.

6. Interiorização da ciência e da inovação

Propor mecanismos para levar programas de pesquisa, inovação, laboratórios, eventos científicos e oportunidades de bolsas para além dos grandes centros.

Fortalecer a participação de instituições e estudantes dos municípios do interior, especialmente das regiões com menor acesso às oportunidades científicas.

7. Ciência, tecnologia e comunidades tradicionais

Apoiar pesquisas desenvolvidas **com participação das comunidades indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais**, respeitando seus conhecimentos, sua cultura e seus direitos.

Estimular a integração entre conhecimento científico e conhecimentos tradicionais, especialmente em áreas como biodiversidade, agricultura, recursos naturais, alimentação, plantas de interesse econômico e preservação ambiental.

8. Incentivo à inovação e ao empreendedorismo tecnológico

Estimular startups, empresas inovadoras, cooperativas, empreendedores e pesquisadores a transformar conhecimento científico em produtos, serviços e soluções.

Propor mecanismos de aproximação entre:

universidades + empresas + governo + sociedade.

9. Laboratórios e espaços de inovação

Apoiar a criação e modernização de laboratórios, centros de pesquisa, espaços maker, incubadoras, parques tecnológicos e ambientes de inovação.

Esses espaços devem estar conectados às instituições de ensino e às necessidades econômicas e sociais das regiões onde estão instalados.

10. Ciência aberta e retorno social

Defender que pesquisas financiadas total ou parcialmente com recursos públicos tenham seus resultados divulgados de forma acessível à sociedade, respeitados os casos que envolvam propriedade intelectual, dados protegidos ou outras restrições legais.

Propor mecanismos para divulgar pesquisas tocaninenses e facilitar o acesso da população ao conhecimento produzido no Estado.

11. Fundo e planejamento permanente para Ciência, Tecnologia e Inovação

Fortalecer os instrumentos estaduais de financiamento da ciência, tecnologia e inovação, buscando garantir **previsibilidade dos recursos**, planejamento de longo prazo e avaliação dos resultados.

A política científica não deve depender apenas de programas temporários ou da iniciativa de governos de ocasião.

UM NOVO OLHAR PARA O DESENVOLVIMENTO DO TOCANTINS

O Tocantins tem potencial para transformar seus desafios em oportunidades por meio da ciência.

Podemos pesquisar para:

- ◆ **produzir melhor e de forma sustentável;**
- ◆ **preservar e utilizar melhor nossos recursos hídricos;**
- ◆ **valorizar nossa biodiversidade;**
- ◆ **melhorar a saúde pública;**
- ◆ **melhorar a educação;**
- ◆ **estimular tecnologia e inovação;**
- ◆ **agregar valor à produção rural;**
- ◆ **desenvolver novos produtos e processos;**
- ◆ **enfrentar os desafios ambientais e climáticos;**
- ◆ **criar oportunidades para nossos jovens.**

NOSSO PRINCÍPIO

O Tocantins não deve ser apenas consumidor de tecnologia. Deve também produzir conhecimento, desenvolver soluções e formar seus próprios pesquisadores.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Mais pesquisa. Mais oportunidades. Mais jovens pesquisadores. Mais inovação. Mais desenvolvimento para o Tocantins.

◆ COMPROMISSO COM A ASSISTÊNCIA SOCIAL DO TOCANTINS

Proteção, inclusão e dignidade para quem mais precisa

A assistência social deve ser uma política permanente de proteção e promoção da dignidade humana.

No Tocantins, precisamos fortalecer ações que protejam crianças e adolescentes, criem oportunidades para os jovens, garantam dignidade aos idosos e assegurem atenção adequada às famílias que vivem em comunidades indígenas, quilombolas e demais territórios tradicionais.

Nossa proposta é construir uma política que não apenas **atenda a vulnerabilidade**, mas que também trabalhe para **preveni-la e criar caminhos para a autonomia das famílias**.

1. Proteção integral às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade

Ampliar programas estaduais de proteção às crianças e adolescentes expostos à pobreza, abandono, violência, exploração, negligência ou outras situações de risco.

Fortalecer a articulação entre assistência social, educação, saúde, segurança pública, Conselho Tutelar e demais órgãos da rede de proteção.

Toda criança protegida hoje representa uma oportunidade de futuro amanhã.

2. Programa Estadual de Oportunidades para a Juventude

Propor a criação e a ampliação de programas de inclusão de jovens em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho.

Estimular parcerias entre:

Estado + municípios + universidades + institutos de pesquisa + empresas públicas e privadas.

Priorizar:

- primeiro emprego;
- estágio;
- aprendizagem profissional;
- cursos de qualificação;
- formação tecnológica;
- empreendedorismo;
- bolsas de iniciação profissional;
- oportunidades para jovens do interior.

3. Proteção e acolhimento para idosos em situação de abandono

Propor a criação de uma política estadual permanente para pessoas idosas em situação de abandono, negligência ou vulnerabilidade social.

Estimular estruturas de acolhimento, centros-dia e **casas de apoio e acolhimento**, inclusive por meio de parcerias com municípios, entidades filantrópicas e organizações da sociedade civil.

Quando juridicamente adequado, estimular também **parcerias público-privadas e modelos de cooperação social**, garantindo fiscalização, qualidade do atendimento e respeito aos direitos dos idosos.

4. Programa Estadual de Residência Segura para a Pessoa Idosa

Propor a criação de um programa de **adaptação e segurança das residências de pessoas idosas**, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade.

As intervenções poderão incluir:

- barras de apoio;
- corrimãos;
- adequação de banheiros;
- iluminação;
- pisos e acessos mais seguros;
- retirada de obstáculos;
- adequação de escadas;
- pequenas reformas para prevenção de acidentes.

A prevenção de quedas pode reduzir sofrimento, perda de autonomia, hospitalizações e demanda por procedimentos de maior complexidade.

Cuidar da casa também é cuidar da saúde do idoso.

5. Envelhecimento ativo e convivência social

Propor programas de convivência, cultura, esporte, lazer, educação, inclusão digital e atividades comunitárias para a população idosa.

Estimular a participação dos idosos na vida social, evitando isolamento e fortalecendo vínculos familiares e comunitários.

6. Assistência permanente aos povos e comunidades tradicionais

Propor a implantação de uma política estadual permanente de assistência às famílias pertencentes aos **povos indígenas, comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais** presentes no Tocantins.

As políticas deverão respeitar:

- identidade cultural;
- organização comunitária;
- territorialidade;
- tradições;
- formas próprias de vida;
- segurança alimentar;
- acesso a serviços públicos.

A assistência deve ser construída **com as comunidades e não apenas para elas**.

7. Busca ativa das famílias em maior vulnerabilidade

Fortalecer a busca ativa para identificar famílias que, por distância, isolamento, pobreza ou outras dificuldades, não conseguem acessar espontaneamente os serviços públicos.

Utilizar equipes móveis e ações integradas para alcançar comunidades rurais, indígenas, quilombolas e localidades de difícil acesso.

O serviço público deve chegar a quem mais precisa.

8. Integração entre assistência social, saúde e educação

Propor mecanismos permanentes de integração entre as políticas de assistência social, saúde e educação.

A vulnerabilidade raramente possui uma única causa.

Por isso, situações envolvendo:

- pobreza;
- abandono;
- violência;
- deficiência;
- dependência;
- evasão escolar;
- insegurança alimentar;
- desemprego;
- isolamento social

devem ser tratadas de maneira integrada.

9. Proteção e autonomia das pessoas com deficiência

Ampliar políticas de assistência e inclusão para pessoas com deficiência e suas famílias, garantindo acesso a benefícios, serviços, tecnologias assistivas, capacitação e oportunidades de inclusão social e produtiva.

Dar atenção especial às famílias que assumem cuidados permanentes e enfrentam dificuldades econômicas e sociais.

10. Segurança alimentar e inclusão produtiva

Fortalecer programas de segurança alimentar associados a políticas de geração de renda e autonomia.

Estimular:

- agricultura familiar;
- hortas comunitárias;
- qualificação profissional;
- economia solidária;
- cooperativismo;
- empreendedorismo;
- compras públicas;
- capacitação para geração de renda.

A assistência social deve oferecer proteção imediata, mas também **caminhos para a autonomia econômica.**

11. Rede estadual de proteção social integrada

Fortalecer a articulação entre Estado, municípios, entidades sociais, organizações comunitárias e demais instituições que atuam na assistência social.

Propor mecanismos de acompanhamento dos resultados, compartilhamento responsável de informações e identificação das famílias que necessitam de acompanhamento continuado.

Defender políticas baseadas em:

proteção + prevenção + inclusão + autonomia + dignidade.

UM NOVO OLHAR PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL

A assistência social não pode ser vista apenas como distribuição de benefícios.

Ela deve ajudar a pessoa a **superar situações de vulnerabilidade e recuperar sua autonomia.**

Para isso, precisamos proteger:

- ◆ **a criança**, contra abandono, violência e exploração;
- ◆◆ **o jovem**, criando oportunidades de formação e trabalho;
- ◆ **o idoso**, garantindo proteção, segurança e dignidade;
- ↳ **a pessoa com deficiência**, promovendo inclusão e autonomia;
- ◆ **as famílias vulneráveis**, fortalecendo sua capacidade de superar dificuldades;
- ◆ **os povos e comunidades tradicionais**, respeitando seus territórios, culturas e formas de vida.

NOSSO PRINCÍPIO

Assistência social não deve apenas amparar quem caiu. Deve ajudar a impedir que as pessoas caiam e criar condições para que possam seguir caminhando com dignidade.

PROTEGER. INCLUIR. CUIDAR. TRANSFORMAR.

Mais proteção para nossas crianças. Mais oportunidades para nossos jovens. Mais dignidade para nossos idosos. Mais inclusão para pessoas com deficiência. Mais atenção aos povos e comunidades tradicionais. Mais autonomia para as famílias. Mais dignidade para o Tocantins.

Educação

◆ COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO DO TOCANTINS

Valorização de quem ensinou, de quem ensina e de quem continuará ensinando

Valorizar a educação é reconhecer todos aqueles que dedicaram sua vida à missão de educar.

Uma política educacional verdadeiramente justa não pode olhar somente para os profissionais que estão hoje em sala de aula. É necessário reconhecer também os **professores e demais trabalhadores da educação aposentados**, que ajudaram a construir a rede pública de ensino, formaram gerações e contribuíram para o desenvolvimento do Tocantins.

Por isso, apresentamos uma pauta de valorização baseada em **justiça remuneratória, respeito profissional, melhores condições de trabalho, formação e reconhecimento daqueles que dedicaram sua vida à educação.**

1. Justiça e valorização dos profissionais da educação aposentados

Defender uma política permanente de valorização dos **profissionais aposentados da educação**, buscando preservar, nos casos juridicamente aplicáveis, a paridade e a integralidade, recuperar perdas remuneratórias e garantir uma aposentadoria compatível com a importância e a responsabilidade desempenhadas durante toda a vida profissional.

Quem dedicou décadas à educação não pode ser esquecido depois da aposentadoria.

Defender também mecanismos que assegurem aos aposentados a participação nas políticas de valorização da carreira e o reconhecimento de direitos adquiridos, respeitando a legislação previdenciária e o equilíbrio atuarial.

2. Piso salarial, carreira e ganho real

Defender o cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional e sua adequada repercussão na carreira, além da recuperação das perdas acumuladas e da busca por **ganho real de vencimentos**, garantindo remuneração compatível com a formação, responsabilidade e importância social dos profissionais da educação.

3. Respeito à jornada e ao planejamento docente

Defender a garantia efetiva de o tempo destinado ao planejamento e às atividades extraclasse, preservando a **hora de planejamento livre**, sem utilização indevida para reuniões, eventos, convocações ou atividades estranhas à finalidade pedagógica.

Ampliar esse direito aos profissionais que exercem funções de coordenação e orientação pedagógica, observadas as especificidades de cada função.

4. Descanso de voz e proteção à saúde do professor

Regulamentar e assegurar o descanso de voz previsto no art. 34 da Lei Estadual nº 4.902/2025, acompanhado de uma política permanente de prevenção, diagnóstico e tratamento dos problemas vocais relacionados à atividade docente.

5. Saúde física e mental dos trabalhadores da educação

Ampliar políticas de prevenção ao adoecimento físico e psicossocial, com atenção à saúde mental, estresse ocupacional, ansiedade, depressão, problemas vocais, doenças musculoesqueléticas e demais consequências relacionadas às condições de trabalho.

Também combater o **assédio moral, a violência e outras formas de violência no ambiente escolar**.

6. Combate à sobrecarga e à burocratização

Reduzir o excesso de relatórios, formulários, plataformas, reuniões e tarefas administrativas que retiram do professor o tempo necessário para ensinar, planejar e acompanhar seus alunos.

Nas escolas de tempo integral, garantir que tutorias e outras atribuições adicionais estejam devidamente inseridas na jornada e sejam remuneradas quando ultrapassarem a carga horária estabelecida.

7. Condições dignas de trabalho

Defender infraestrutura adequada nas escolas, climatização, acessibilidade, segurança, equipamentos, laboratórios, bibliotecas, tecnologia e recursos pedagógicos suficientes para o desenvolvimento do trabalho educacional.

8. Valorização dos professores dos territórios indígenas e quilombolas

Reconhecer as condições específicas de trabalho dos profissionais que atuam em **territórios indígenas e comunidades quilombolas**, criando políticas próprias de valorização.

Defender:

- formação específica em educação escolar indígena e quilombola;
- valorização da interculturalidade e dos conhecimentos tradicionais;
- materiais pedagógicos contextualizados;
- apoio ao deslocamento e à permanência em localidades de difícil acesso;
- incentivo à formação de professores indígenas e quilombolas oriundos das próprias comunidades;
- participação das comunidades na construção dos projetos pedagógicos;
- e **vantagens remuneratórias ou gratificações específicas**, quando juridicamente cabíveis, considerando as condições diferenciadas de exercício profissional.

9. Valorização dos profissionais da Educação Especial

Reconhecer a maior complexidade pedagógica e profissional do trabalho desenvolvido com estudantes com **deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação e outras necessidades educacionais específicas**.

Defender:

- formação especializada e continuada;
- profissionais de apoio em quantidade adequada;
- equipes multiprofissionais;
- tecnologias assistivas;
- redução de alunos por turma quando a situação exigir;

- planejamento integrado entre professor regente, Atendimento Educacional Especializado e profissionais de apoio;
- condições adequadas de trabalho;
- e **mecanismos de valorização remuneratória para funções de maior complexidade**, quando previstos legalmente.

10. Formação inicial, continuada e licença para qualificação

Defender formação permanente, especializações, pós-graduação, aperfeiçoamento e pesquisa, com **agilidade e segurança na concessão das licenças para qualificação profissional**.

A formação deverá considerar as diferentes realidades do Tocantins, incluindo educação indígena, quilombola, rural, educação especial e escolas de tempo integral.

11. Número adequado de alunos e equilíbrio da carga de trabalho

Defender parâmetros adequados para o número de alunos por turma e para o número de turmas atribuídas a cada professor, considerando a etapa de ensino, as características dos estudantes e a complexidade do trabalho pedagógico.

12. Educação integral sem precarização

A expansão da educação em tempo integral deve vir acompanhada de **mais profissionais, melhores condições de trabalho, planejamento, infraestrutura e remuneração adequada**, e não simplesmente da ampliação das responsabilidades do professor.

13. Gestão democrática e autonomia pedagógica

Fortalecer a participação dos profissionais da educação, estudantes, famílias e comunidade na gestão escolar, respeitando a autonomia pedagógica e a participação efetiva na construção e execução do Projeto Político-Pedagógico.

14. Educação para a diversidade e inclusão

Atuar para assegurar a implementação efetiva da **Lei nº 10.639/2003**, das políticas de educação indígena e quilombola e das normas de educação inclusiva.

A escola deve reconhecer e valorizar a diversidade histórica, cultural e social do Tocantins, formando cidadãos para uma sociedade mais justa, democrática e respeitosa.

15. Valorização de todos os trabalhadores da educação

A valorização deve alcançar **professores, coordenadores, orientadores, gestores, técnicos, administrativos, profissionais de apoio e demais trabalhadores da educação**, tanto ativos quanto aposentados.

Defender carreira, formação, remuneração digna, saúde e condições adequadas de trabalho para todos.

UM COMPROMISSO COM QUEM CONSTRUIU E COM QUEM CONSTRÓI A EDUCAÇÃO

A educação do Tocantins não começou hoje.

Antes das atuais estruturas, tecnologias e políticas educacionais, **milhares de professores e trabalhadores dedicaram décadas de suas vidas às escolas, enfrentando dificuldades, formando gerações e ajudando a construir o Estado.**

Por isso, uma política de valorização precisa olhar para três gerações:

quem já se aposentou, quem está trabalhando e quem está começando a carreira.

Aos aposentados, **reconhecimento e justiça remuneratória.**

Aos profissionais em atividade, **respeito, condições dignas e valorização profissional.**

Aos novos educadores, **uma carreira capaz de atrair e manter talentos na educação pública.**

NOSSO PRINCÍPIO

Quem dedicou a vida para educar não pode ser esquecido quando se aposenta. Quem está educando hoje precisa ser respeitado. E quem escolher a educação amanhã precisa encontrar uma carreira digna.

Valorizar a educação é valorizar quem fez, quem faz e quem fará a educação do Tocantins.

Cultura

◆ COMPROMISSO COM A CULTURA DO TOCANTINS

11 propostas para uma Cultura Viva, acessível e valorizada

O Tocantins possui uma identidade cultural construída pela diversidade de seus povos, comunidades e tradições. Está presente nas manifestações indígenas e quilombolas, nas festas religiosas e populares, na música, na dança, na literatura, no artesanato, no teatro, nas tradições rurais e também na cultura equestre.

Nossa proposta é fazer com que **os recursos públicos cheguem a quem produz, preserva e transmite cultura**, com menos burocracia, mais transparência e respeito às características de cada manifestação.

1. Editais simples e acessíveis

Simplificar os editais estaduais de cultura, utilizando linguagem clara, reduzindo burocracias e oferecendo orientação gratuita para elaboração dos projetos.

O acesso ao recurso público não deve depender da contratação de especialistas em elaboração de projetos.

2. Cultura presente em todas as regiões

Defender a descentralização dos recursos culturais, estabelecendo mecanismos que garantam oportunidades para municípios pequenos, comunidades rurais, indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais.

A cultura do Tocantins não está apenas na Capital. **Ela está em todo o território estadual.**

3. Cultura dos povos e comunidades tradicionais

Propor linhas específicas de financiamento para povos indígenas, comunidades quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, mestres e mestras da cultura popular e outras comunidades tradicionais.

As políticas deverão respeitar suas características culturais, sociais, territoriais e formas próprias de organização.

4. Prestação de contas simples, proporcional e transparente

Adotar o princípio:

Quanto menor e mais simples o projeto, mais simples deve ser a prestação de contas.

Microprojetos poderão utilizar relatórios simplificados e comprovação da realização, enquanto projetos de maior valor terão controles financeiros mais rigorosos.

Simplificar não significa deixar de fiscalizar.

5. Portal da Cultura e transparência dos recursos

Propor a criação de um **Portal da Cultura do Tocantins**, permitindo que qualquer cidadão acompanhe os recursos destinados à cultura, os beneficiários, valores, projetos, municípios

contemplados, execução e prestação de contas.

Mais facilidade para quem faz cultura. Mais transparência para quem financia: o cidadão.

6. Mestres, jovens e transmissão dos saberes

Propor programas de reconhecimento e apoio aos **Mestres e Mestras da Cultura Popular**, estimulando também jovens aprendizes.

A política cultural deve garantir que os conhecimentos tradicionais não desapareçam, mas sejam transmitidos às novas gerações.

7. Literatura, leitura e produção artística

Propor a criação de uma política permanente de incentivo à **literatura tocantinense**, contemplando escritores, poetas, cordelistas, pesquisadores, ilustradores, editoras independentes e novos autores.

Apoiar:

- publicação de livros;
- concursos literários;
- feiras e festivais;
- circulação de escritores pelo interior;
- bibliotecas comunitárias;
- clubes de leitura;
- literatura nas escolas;
- produção literária indígena e quilombola;
- preservação da memória e da história do Tocantins.

Também fortalecer as **artes cênicas**, especialmente teatro, dança, circo e performances, apoiando montagem e circulação de espetáculos, festivais, formação de artistas e grupos independentes.

8. Cultura equestre, festas tradicionais e economia cultural

Reconhecer e valorizar as manifestações culturais ligadas à tradição equestre e rural do Tocantins, incluindo **cavalgadas, rodeios, vaquejadas, festas agropecuárias, comitivas e outras manifestações tradicionais**, observadas as normas legais de proteção e bem-estar animal.

Propor mecanismos de apoio à organização, divulgação e profissionalização desses eventos, valorizando:

- a tradição cultural;
- a participação comunitária;
- a música e as manifestações populares associadas aos eventos;
- artesanato e culinária regional;
- geração de trabalho e renda;
- turismo cultural;
- comércio e serviços locais.

A cultura equestre pode ser valorizada não apenas como entretenimento, mas como parte da **memória, identidade e economia cultural de diversas comunidades tocantinenses**.

9. Artesanato, patrimônio e economia criativa

Valorizar artesãos e produtores culturais, estimulando capacitação, comercialização, feiras, comércio digital, turismo cultural e produtos com identidade tocaninense.

Preservar também o patrimônio material e imaterial, registrando histórias, músicas, danças, festas, culinária, saberes e tradições.

10. Cultura, educação e turismo integrados

Levar artistas, escritores, mestres da cultura, artesãos, grupos indígenas, quilombolas e representantes das manifestações tradicionais para as escolas e comunidades.

Propor a criação de um **Circuito Cultural do Tocantins**, estimulando a circulação de artistas e grupos entre os municípios e integrando cultura e turismo.

A cultura pode gerar simultaneamente:

educação + identidade + turismo + inclusão + trabalho + renda.

11. Cultura com ética, participação social e responsabilidade

Fortalecer a participação dos segmentos culturais na formulação e acompanhamento das políticas públicas.

Defender:

- critérios públicos e objetivos;
- seleção transparente;
- prevenção de conflitos de interesse;
- fiscalização;
- avaliação de resultados;
- participação social;
- responsabilização diante de irregularidades.

O dinheiro público destinado à cultura deve ser aplicado com **ética, transparência, eficiência e compromisso com o interesse coletivo.**

NOSSO PRINCÍPIO

MENOS BUROCRACIA PARA QUEM FAZ CULTURA.

MAIS TRANSPARÊNCIA PARA QUEM FINANCIA: O CIDADÃO.

Cultura não é apenas entretenimento.

É **identidade, memória, educação, pertencimento, inclusão, trabalho, turismo e desenvolvimento.**

Está no livro e no palco, na aldeia e na comunidade quilombola, no artesanato e na música, na festa religiosa e popular, na dança e no teatro, na culinária e também nas **cavalgadas, rodeios, vaquejadas e tradições equestres que fazem parte da história de muitas comunidades tocaninenses.**

CULTURA VIVA DO TOCANTINS

Mais acesso. Mais oportunidades. Mais reconhecimento. Mais transparência. Mais cultura em todas as regiões do Estado.



◆ PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

COMPROMISSO COM A PRODUÇÃO, A PRESERVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO TOCANTINS

O Tocantins pode ser protagonista de um modelo de desenvolvimento que una **produção, proteção ambiental, segurança jurídica, geração de empregos, inovação, valorização das pessoas e atração de investimentos responsáveis.**

Nossa proposta parte de um princípio:

Desburocratizar não é flexibilizar a proteção ambiental. É tornar o Estado mais eficiente, orientador, previsível e responsável.

1. SEGURANÇA JURÍDICA E LICENCIAMENTO EFICIENTE

Defender regras ambientais claras, objetivas e previsíveis, com procedimentos padronizados, critérios transparentes e prazos definidos.

Modernizar e desburocratizar o licenciamento ambiental, especialmente para atividades de menor impacto, utilizando processos digitais, análise eletrônica e procedimentos proporcionais ao risco.

Mais agilidade, sem abrir mão da proteção ambiental.

2. ASSISTÊNCIA TÉCNICA AMBIENTAL PREVENTIVA

Propor a criação de um **Serviço Estadual de Assistência Técnica Ambiental**, especialmente para pequenos produtores, agricultores familiares, empreendedores, associações, cooperativas e comunidades.

Oferecer orientação sobre legislação, licenciamento, documentação, regularização, recuperação ambiental e procedimentos necessários para produzir legalmente.

A lógica deve ser:

ORIENTAR → REGULARIZAR → PRODUZIR → PRESERVAR.

3. VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS E PROTEÇÃO DOS SERVIDORES AMBIENTAIS

Valorizar servidores, analistas, técnicos, inspetores, fiscais e demais profissionais da área ambiental.

Defender formação continuada, remuneração compatível, equipamentos adequados, equipes suficientes, atualização tecnológica, EPIs, veículos apropriados, comunicação, protocolos de emergência e direitos legalmente cabíveis.

Quem protege o patrimônio ambiental do Tocantins também precisa ser protegido pelo Estado.

4. INTEGRAÇÃO, TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA AMBIENTAL

Fortalecer a integração entre NATURATINS, IFAN, FUNAI, ANM, municípios, instituições de ensino e pesquisa, setor produtivo e profissionais da área ambiental.

Ampliar a integração do **SIGAM, CAR e demais bases de dados**, utilizando geotecnologia, sensoriamento remoto e inteligência artificial para acelerar análises, acompanhar condicionantes e prevenir danos.

Tecnologia para auxiliar a decisão técnica, não para substituir a responsabilidade profissional.

5. PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E ECONOMIA VERDE

Articular condições para que o Tocantins seja referência em investimentos ambientalmente responsáveis, estimulando:

- agropecuária sustentável;
- agricultura familiar;
- agroindústria;
- mineração responsável;
- energias renováveis;
- bioeconomia;
- ecoturismo;
- economia circular;
- recuperação de áreas degradadas;
- tecnologias ambientais;
- aproveitamento sustentável da biodiversidade.

Produzir e preservar devem ser partes do mesmo projeto de desenvolvimento.

6. VALORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS

Reconhecer que agricultores, apicultores, produtores rurais, povos indígenas e comunidades tradicionais podem prestar **serviços ambientais de interesse coletivo**.

Valorizar ações de:

- proteção de nascentes e recursos hídricos;
- conservação do solo;
- manutenção da vegetação nativa;
- recuperação de áreas degradadas;
- conservação da biodiversidade;
- proteção de polinizadores;
- manutenção de corredores ecológicos;
- prevenção e manejo do fogo;
- conservação de sementes e variedades tradicionais;
- uso sustentável da biodiversidade.

Quem preserva e gera benefícios ambientais para a sociedade também deve ser reconhecido.

7. PAGAMENTO E INCENTIVOS AOS SERVIÇOS AMBIENTAIS

Propor e fortalecer um **Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA**, com critérios técnicos, transparência e mecanismos acessíveis aos pequenos produtores.

Estabelecer formas de **identificar, registrar, certificar, monitorar e remunerar** os serviços ambientais comprovadamente prestados.

A remuneração poderá ocorrer por diferentes mecanismos, incluindo pagamentos diretos, incentivos financeiros, assistência técnica, fornecimento de equipamentos, editais, crédito sustentável e parcerias públicas e privadas, conforme a legislação.

Preservar deve deixar de ser apenas uma obrigação e passar a ser também uma oportunidade de geração de renda.

8. APICULTURA, POLINIZAÇÃO E BIODIVERSIDADE

Reconhecer o papel dos apicultores na **polinização, conservação da biodiversidade e manutenção dos ecossistemas agrícolas e naturais**.

Propor incentivos para:

- recuperação de áreas com espécies melíferas nativas;
- proteção de habitats de polinizadores;
- instalação e manejo sustentável de apiários;
- integração entre apicultura, agricultura e restauração ambiental;
- pesquisa e monitoramento da polinização;
- certificação e reconhecimento de práticas favoráveis aos polinizadores.

Valorizar o apicultor é também valorizar a biodiversidade e a produção de alimentos.

9. AGRICULTURA FAMILIAR, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Fortalecer políticas públicas que reconheçam o papel social, econômico, cultural e ambiental dos agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais.

Valorizar:

- conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade;
- sementes e variedades tradicionais;
- extrativismo sustentável;
- produtos da sociobiodiversidade;
- manejo sustentável dos recursos naturais;
- turismo de base comunitária;
- proteção de nascentes;
- conservação da biodiversidade;
- práticas tradicionais de manejo do território.

Tudo isso com respeito à **autonomia, cultura, direitos e participação das comunidades**.

10. FUNDO E CERTIFICAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO

Estudar a criação ou fortalecimento de um **Fundo Estadual de Serviços Ambientais**, com governança transparente e recursos destinados prioritariamente a quem efetivamente presta e comprova serviços ambientais.

Propor também uma **Certificação Estadual de Produtor de Serviços Ambientais**, capaz de reconhecer produtores e comunidades que adotem práticas de conservação.

A certificação poderá facilitar o acesso a:

- programas públicos;
- assistência técnica;
- editais;
- crédito sustentável;
- compras públicas;
- mercados diferenciados;
- parcerias com empresas.

Preservar também gera valor econômico, social e ambiental.

11. UMA NOVA RELAÇÃO ENTRE ESTADO, PRODUTOR E MEIO AMBIENTE

Construir uma política ambiental baseada em **conhecimento técnico, experiência de campo, diálogo, prevenção, segurança jurídica e valorização de quem preserva**.

A trajetória de **Lamarck Rodrigues Pimentel Marinho**, com formação em Ciências Biológicas, Administração Pública, Docência e Perícia Ambiental e mais de duas décadas de experiência profissional no NATURATINS, reúne experiência prática para contribuir com uma política que una:

CONHECIMENTO TÉCNICO + EXPERIÊNCIA DE CAMPO + GESTÃO PÚBLICA + SEGURANÇA JURÍDICA + PRODUÇÃO + CONSERVAÇÃO + DESENVOLVIMENTO.

NOSSO COMPROMISSO

Quem produz deve ter segurança. Quem investe deve ter previsibilidade. Quem precisa se regularizar deve encontrar orientação. Quem trabalha na proteção ambiental deve ser valorizado e protegido. Quem preserva deve ser incentivado. Quem presta serviços ambientais deve ser reconhecido e remunerado. E quem descumpre a legislação deve ser responsabilizado.

PRODUZIR. PRESERVAR. VALORIZAR. DESENVOLVER.

Mais assistência técnica. Mais agilidade. Mais segurança jurídica. Mais valorização profissional. Mais proteção ambiental. Mais apoio à agricultura familiar. Mais valorização dos apicultores. Mais respeito aos povos e comunidades tradicionais. Mais incentivos à conservação. Mais empregos e renda. Mais sustentabilidade. Mais Tocantins.

◆ COMPROMISSO COM A INFRAESTRUTURA E A INTEGRAÇÃO DO BICO DO PAPAGAIO

Estradas que conectam pessoas, territórios e oportunidades

Infraestrutura é muito mais do que asfalto e concreto. É acesso à saúde, educação, trabalho, produção, comércio e cidadania.

Para o Bico do Papagaio, uma região de grande importância econômica, social, cultural e ambiental, a infraestrutura rodoviária deve ser tratada como **instrumento de integração e desenvolvimento regional**.

1. Programa Permanente de Manutenção de Estradas e Pontes

Propor a criação de uma política permanente de manutenção preventiva e recuperação das rodovias e pontes estaduais, evitando que a falta de conservação transforme problemas simples em grandes e caras intervenções.

Priorizar:

- recuperação preventiva do pavimento;
- conservação de pontes;
- drenagem e bueiros;
- sinalização;
- acostamentos;
- identificação de pontos críticos;
- atendimento emergencial.

Manter a estrada em boas condições é mais econômico e mais seguro do que esperar sua deterioração.

2. Integração Territorial do Bico do Papagaio

Defender uma política específica de integração do Bico do Papagaio, conectando municípios, comunidades rurais, produtores, serviços públicos e mercados.

A infraestrutura regional deve ser planejada como uma **rede integrada**, e não como obras isoladas.

O objetivo é reduzir custos, melhorar a mobilidade, facilitar o acesso aos serviços públicos e criar condições para novos investimentos.

3. Pavimentação da TO-126 e integração com o território Apinajé

Defender como prioridade a **pavimentação da TO-126 no trecho entre Tocantinópolis e Maurilândia do Tocantins**, reconhecendo a importância estratégica dessa ligação para o desenvolvimento regional.

A rodovia possui também uma dimensão social e cultural relevante por atravessar área de influência e território tradicional do **povo Apinajé**, que poderá ser diretamente beneficiado pela melhoria da mobilidade e do acesso a serviços.

A obra deve ser conduzida com **respeito aos direitos indígenas, às normas ambientais e aos procedimentos de consulta e proteção aplicáveis**, buscando construir soluções com participação das comunidades.

A pavimentação poderá contribuir para:

- acesso à saúde;
- acesso à educação;
- transporte de pessoas;
- circulação das comunidades;
- escoamento da produção;
- redução de custos;
- integração regional;
- melhoria da qualidade de vida.

Integrar não significa desrespeitar territórios. Significa construir soluções com diálogo, respeito e responsabilidade.

4. Pavimentação da TO-419 entre Maurilândia e São Bento

Defender a pavimentação da **TO-419 entre Maurilândia do Tocantins e São Bento do Tocantins**, fortalecendo a conexão entre municípios e ampliando a integração interna do Bico do Papagaio.

A obra deve ser compreendida juntamente com a TO-126, formando um eixo estratégico capaz de melhorar:

mobilidade + produção + comércio + acesso a serviços + turismo + geração de oportunidades.

5. Planejamento, transparência e segurança nas obras públicas

Defender planejamento de longo prazo para a infraestrutura estadual, com prioridades definidas tecnicamente e acompanhamento público da execução das obras.

A população deve poder acompanhar:

- recursos destinados;
- contratos;
- cronogramas;
- etapas de execução;
- qualidade dos serviços;
- manutenção posterior.

As obras de infraestrutura devem respeitar rigorosamente as normas ambientais, os estudos técnicos necessários e os direitos das populações diretamente afetadas.

O BICO DO PAPAGAIO PRECISA ESTAR CONECTADO

A pavimentação da **TO-126 entre Tocantinópolis e Maurilândia do Tocantins** e da **TO-419 entre Maurilândia e São Bento do Tocantins** deve ser tratada como parte de uma estratégia maior de integração regional.

No caso da TO-126, existe ainda uma dimensão especial: **a melhoria da mobilidade para o povo Apinajé**, cuja vida cotidiana e acesso a serviços estão relacionados às condições de circulação no território.

Por isso, defendemos uma infraestrutura que respeite simultaneamente:

o cidadão + o produtor + as comunidades + os povos indígenas + o meio ambiente + o desenvolvimento regional.

NOSSO PRINCÍPIO

Estrada não é apenas asfalto. É o caminho que leva o cidadão ao serviço de saúde, o estudante à escola, o produtor ao mercado e as comunidades às oportunidades.

CONECTAR. RESPEITAR. INTEGRAR. DESENVOLVER.

Estradas conservadas. Pontes seguras. Bico do Papagaio integrado. Respeito ao povo Apinajé. Mais mobilidade. Mais oportunidades. Mais desenvolvimento para o Tocantins.



◆ COMPROMISSO COM O ESPORTE DO TOCANTINS

Esporte que inclui, educa, protege e transforma

O esporte é muito mais do que competição.

Para milhares de crianças, adolescentes, jovens e adultos, ele representa **oportunidade, disciplina, saúde, convivência, autoestima e perspectiva de futuro.**

Como atleta amador, conheço na prática o valor do esporte como instrumento de superação e integração social. Por isso, defendo uma política estadual que valorize especialmente o esporte amador e utilize sua força para **incluir, formar cidadãos e afastar nossos jovens da violência e das drogas.**

1. Programa Estadual de Valorização do Esporte Amador

Criar e fortalecer um programa permanente de apoio ao esporte amador, contemplando atletas, equipes, associações, clubes, projetos sociais e iniciativas comunitárias.

Propor mecanismos simplificados de acesso a recursos públicos para:

- aquisição de materiais esportivos;
- participação em competições;
- transporte;
- uniformes;
- espaços de treinamento;
- arbitragem;
- organização de eventos;
- formação de atletas e dirigentes.

O esporte amador é a base de muitas das grandes conquistas esportivas.

2. Incentivo às modalidades olímpicas e formação de talentos

Ampliar o apoio às modalidades olímpicas e paralímpicas, inclusive aquelas com menor visibilidade e menor capacidade de financiamento privado.

Propor programas de identificação e desenvolvimento de talentos desde a infância e adolescência, em parceria com:

escolas + municípios + universidades + federações + clubes + associações + iniciativa privada.

O objetivo é permitir que o jovem tocaninense tenha a oportunidade de descobrir seu potencial e desenvolver suas habilidades sem precisar abandonar o Estado para buscar oportunidades.

3. Esporte como instrumento de inclusão e resgate social

Utilizar o esporte como ferramenta permanente de inclusão de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social.

Priorizar projetos em comunidades com maiores índices de:

- pobreza;
- evasão escolar;
- violência;
- vulnerabilidade social;
- falta de espaços de convivência.

Integrar esporte, educação, assistência social e cultura.

O esporte pode ocupar o tempo, fortalecer vínculos e abrir novas perspectivas de vida.

4. Esporte na prevenção ao uso de drogas e à violência

Propor a criação e a ampliação de programas esportivos voltados à prevenção do uso de álcool e outras drogas, especialmente entre crianças e adolescentes.

A proposta deve trabalhar com:

esporte + educação + família + assistência social + saúde + comunidade.

O objetivo não é tratar o esporte como solução única para problemas complexos, mas utilizá-lo como uma poderosa ferramenta de **proteção, pertencimento, disciplina, autoestima e construção de projetos de vida.**

Quanto mais oportunidades oferecemos aos nossos jovens, mais possibilidades criamos para que escolham caminhos saudáveis.

5. Esporte para todos e em todas as regiões

Defender a descentralização dos investimentos esportivos, garantindo oportunidades também para municípios pequenos, comunidades rurais, indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais.

Estimular:

- esporte escolar;
- esporte comunitário;
- esporte adaptado;
- modalidades olímpicas;
- atividades para idosos;
- projetos para pessoas com deficiência;
- eventos esportivos regionais;
- recuperação e utilização de espaços públicos.

O esporte deve chegar onde o cidadão está.

UM NOVO OLHAR PARA O ESPORTE

Precisamos deixar de enxergar o esporte apenas como espetáculo ou competição.

O esporte também é:

- ◆ **saúde;**
- ◆ **educação;**
- ◆ **inclusão;**
- ◆ **saúde mental e autoestima;**
- ◆◆◆ **convivência familiar e comunitária;**
- ◆ **prevenção de situações de risco;**
- ◆ **formação e oportunidades;**
- ◆ **descoberta de talentos;**
- ◆ **representação do Tocantins.**

NOSSO PRINCÍPIO

Cada quadra, campo, pista ou espaço esportivo ocupado por nossos jovens pode representar uma oportunidade a mais para construir um futuro melhor.

O esporte não deve ser privilégio de quem pode pagar.

Talento não escolhe classe social.

Por isso, o Estado deve criar oportunidades para que o filho do trabalhador, o jovem da periferia, do campo, da comunidade indígena ou quilombola também possa descobrir seu talento e chegar ao alto rendimento.

ESPORTE QUE INCLUI.

ESPORTE QUE EDUCA.

ESPORTE QUE PROTEGE.

ESPORTE QUE TRANSFORMA.

Mais esporte amador. Mais modalidades olímpicas. Mais oportunidades para nossos jovens. Mais inclusão social. Mais saúde. Mais cidadania. Mais Tocantins.

◆ COMPROMISSO COM UM MANDATO PROPOSITIVO E RESPONSÁVEL

Legislar, fiscalizar e representar com ética

1. LEGISLAR COM PREPARO E SEGURANÇA JURÍDICA

Defender uma atuação parlamentar tecnicamente preparada, responsável e comprometida com a Constituição e com os interesses da população.

O crescimento dos questionamentos de constitucionalidade envolvendo normas estaduais, inclusive por meio de **Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs)**, reforça a necessidade de um Legislativo que produza leis **claras, aplicáveis e juridicamente seguras**.

Nosso compromisso será:

- elaborar leis que respeitem a Constituição;
- avaliar os impactos das novas normas;
- revisar e aperfeiçoar a legislação estadual;
- buscar diálogo com instituições técnicas e jurídicas;
- evitar leis que criem insegurança para cidadãos, empresas e para o próprio Estado.

O cidadão precisa de leis que garantam direitos e segurança, não de normas que gerem dúvidas e conflitos judiciais.

2. FISCALIZAR O DINHEIRO E AS AÇÕES DO ESTADO

Exercer de forma independente a função constitucional de **fiscalizar a aplicação dos recursos públicos e cobrar resultados do Poder Executivo**.

Acompanhar obras, contratos, programas, convênios e investimentos, verificando:

Quanto foi investido? Onde foi aplicado? Quem foi beneficiado? O resultado foi alcançado?

Fiscalizar não significa ser contra o governo.

Fiscalizar é defender o cidadão que paga seus impostos.

O mandato deverá prestar contas à sociedade, permitindo que a população acompanhe as ações, propostas e resultados do parlamentar.

3. REPRESENTAR O POVO COM ÉTICA, INDEPENDÊNCIA E COMPROMISSO

O mandato será pautado pelos valores construídos ao longo de uma trajetória de trabalho, educação, serviço público, atuação profissional na área ambiental e participação na vida comunitária.

Representar significa **ouvir, dialogar, propor, cobrar e defender os interesses do Tocantins**.

A independência permitirá apoiar aquilo que for positivo para o Estado e questionar aquilo que precisar ser corrigido, sempre colocando o interesse público acima de interesses pessoais ou políticos.

NOSSO PRINCÍPIO

O mandato pertence ao povo. O dinheiro público pertence ao povo. E a função de fiscalizar existe para proteger o interesse do povo.

UM MANDATO PARA:

LEGISLAR COM PREPARO. FISCALIZAR COM INDEPENDÊNCIA. REPRESENTAR COM ÉTICA.

Mais segurança jurídica. Mais transparência. Mais responsabilidade. Mais fiscalização. Mais respeito ao cidadão. Mais compromisso com o Tocantins.



VOTE PROFESSOR LAMARCK
43.111

Para deputado estadual

Eu e você podemos fazer um Tocantins ainda melhor.

Experiência para propor. Equilíbrio para fiscalizar. Compromisso para realizar.